

O golpe midiático-civil-militar de 1964 e a cobertura jornalística da

Folha da Tarde¹

Alline Ribeiro de GOIS²

Mario Luiz FERNANDES³

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul Campo Grande, MS

Resumo

Este artigo aborda a relação entre imprensa e governo no golpe civil-militar que instaurou no Brasil período ditatorial de 21 anos (1964-1985). Serão analisadas matérias veiculadas no jornal *Folha da Tarde*, que circularam na década de 1960 em Corumbá (MS), e exerceram importante papel na construção de consenso social acerca do golpe. A legitimidade do golpe foi forjada em artigos, editoriais e notícias veiculadas na imprensa nacional e interiorana. O referencial metodológico é a Hermenêutica de Profundidade, elaborada por Thompson, que estuda as estratégias discursivas e a maneira como o sentido serve para sustentar relações de dominação. A análise das notícias da *Folha da Tarde* evidenciou que as construções discursivas buscaram exaltar o movimento golpista de 64 e deslegitimar o governo de João Goulart, assim como retratar a oposição como inimiga da pátria.

Palavras-chave: Jornalismo impresso; Ideologia; Golpe midiático-civil-militar; Jornal Folha da Tarde

Introdução

A imprensa teve importante protagonismo nos acontecimentos que culminaram no golpe civil-militar de 1964, que instaurou no Brasil período ditatorial de 21 anos (1964-1985). Juremir Machado da Silva (2017), ao analisar as origens do golpe, afirma que a imprensa teria agido como “intelectual orgânico” – conceito de Antonio Gramsci. A imprensa, nessa perspectiva, funcionou como agente que contribuiu para difundir a ideologia dominante e colaborou para construir consenso em torno do projeto da classe que defendia.

De acordo com Silva (2017), a imprensa agiu como comissário daqueles que buscavam derrubar o governo João Goulart – que era apresentado como um perigo para sociedade brasileira, pois representava as tentativas de reformas de base. Tornou-se imperativa, portanto, a narrativa de que a permanência do presidente à frente do cargo levaria o Brasil para o caminho do comunismo.

¹ Trabalho apresentado na DT 1 – Jornalismo, do XXI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste, realizado de 22 a 24 de maio de 2019.

² Mestranda do Programa de Pós-graduação em Comunicação da UFMS e-mail: goisalline@gmail.com

³ Orientador do trabalho. Prof. Doutor do Programa de Pós-graduação em Comunicação da UFMS, e-mail: mario.fernandes@ufms.br

A construção de consenso fora forjada em artigos e editoriais de veículos da grande imprensa brasileira, entre os quais estavam o *Correio da Manhã*, a *Folha de São Paulo*, *Tribuna da Imprensa*, *Jornal do Brasil*, *Correio Brasiliense* e *O Globo*. No interior do Brasil, o jornal *Folha da Tarde* foi um dos veículos de comunicação que se alinhou à ideologia dominante e serviu como meio para propagar o projeto militar de reestabelecimento da ordem no país. O periódico circulava na década de 1960, em Corumbá, à época, município do estado de Mato Grosso.

A cidade, fundada em 1778, foi importante centro cosmopolita e entreposto comercial internacional, com marcante influência estrangeira e com intenso fluxo de embarcações de diversas origens que ancoraram em seu porto. Foi protagonista de importantes embates políticos, como a palestra do Almirante Carlos Penna Botto, transmitida pela Rádio Difusora – emissora local. Botto era presidente da Associação Anticomunista Brasileira e comandou uma cruzada anticomunista por todo o país (CORRÊA, 2006, p. 138).

O sentimento anticomunista certamente foi gerado ao longo dos anos em Corumbá, que em 1964, com a crise política que derrubou Goulart, foi impactada por “profundas consequências [...], em especial, por ser município fronteiriço e base de forças militares do exército e marinha” (CORRÊA, 2006, p. 145).

Um fato emblemático foi o caso do Navio-prisão Guarapuava – que ficou sob a posse do 17º Batalhão de Caçadores, responsável pelas prisões de políticos cassados, comunistas e suspeitos de subversão. O fato não foi noticiado pela *Folha da Tarde*, que buscou, durante o movimento golpista, construir uma narrativa em prol da intervenção militar e da deposição do presidente Goulart.

Exposto isso, a reflexão aqui proposta é averiguar as estratégias discursivas utilizadas pelo jornal corumbaense para propagar a ideologia dominante, em um município com um longo histórico de embates políticos e centro de efervescência econômica e cultural.

Para averiguar as estratégias utilizadas nas narrativas do periódico, foram selecionadas duas notícias: “A democracia soberana no Brasil”, de 2 de abril de 1964, e “Iniciado o expurgo dos traidores da Pátria”, de 3 de abril de 1964. O referencial metodológico aplicado foi a Hermenêutica de Profundidade, formulada por Thompson (2011), que tem como um dos focos a análise da ideologia. “A especificidade dessa forma consiste no fato de que várias fases da hermenêutica de profundidade são empregadas

com o objetivo de realçar o caráter ideológico das formas simbólicas [...] (THOMPSON, 2011, p. 35).

Imprensa corumbaense

A imprensa corumbaense foi a que teve maior desenvolvimento no estado de Mato Grosso, perdendo somente para a capital Cuiabá. O primeiro jornal inaugurado foi *O Iniciador*, fundado em 18 de janeiro de 1877.

Na segunda metade do século XX, circulavam no município três periódicos: *O Momento*, *Tribuna* e a *Folha da Tarde*, que tiveram importante papel na história da imprensa local. De acordo com Martins et. Al (2003, p. 35), “desde o início da imprensa na cidade a política influenciava os jornais. Era visível que cada partido tinha um meio de publicar suas ideologias e expressar suas opiniões”.

Em 1º de maio de 1958 é fundado o jornal *Folha da Tarde*. O proprietário, Salomão Baruki, tinha como sócios Pedro Valle e José Feliciano Baptista Neto. O jornal apresentava seis colunas, circulava de segunda-feira a sábado e foi criado por um grupo descendente de duas correntes políticas, o Partido Social Democrático (PSD) e a União Democrática Nacional (UDN) – aguilhão do golpe de 1964 –, além de ter estreita ligação com a Igreja Católica.

Com o intuito de difundir os debates políticos, os partidos utilizavam o espaço do jornal para apresentar e defender suas propostas. O que ficou nítido no processo do golpe civil-militar de 1964 na cobertura jornalística da *Folha da Tarde*.

Golpe midiático-civil-militar de 1964

A imprensa brasileira foi um dos vetores da divulgação do fantasma do comunismo durante o governo de João Goulart (1961-1964). Segundo a historiadora Alzira Alves de Abreu (2004), ao mesmo tempo em que se criava no imaginário social o fantasma do comunismo, a imprensa propalou a existência de um caos administrativo e participou da divulgação de que era imperiosa a necessidade do restabelecimento da ordem através de uma intervenção militar (ABREU, 2004, p.15).

Na mesma direção, Silva (2017, p. 10-11) afirma que a imprensa atuou como “intelectual orgânico” do empresariado da modernização conservadora em luta contra o governo de Goulart, rotulado de nacionalismo trabalhista, para desqualificar, como

populista e demagógico. O autor explica que foi o marxista italiano Antonio Gramsci que consagrou a categoria intelectual orgânico, em que

cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função social essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um mundo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político [...] (GRAMSCI, 1979 apud SILVA, 2017, p. 10).

A mídia, portanto, aderiu ao “campo modernizante-conservador-militante”, de acordo com René Armand Dreiffuss (1981). O autor situa como “intelectuais orgânicos do novo bloco econômico” empresários e tecnoburocratas e oficiais militares da Escola Superior de Guerra (ESG). A ESG, acrescenta Dreiffuss (1981, p. 79),

[...] encorajou dentro das Forças Armadas normas de desenvolvimento associado e valores empresariais, ou seja, um crescimento cujo curso industrial foi traçado por multinacionais em um Estado guiado por razões técnicas e não ‘políticas’. Esse Estado seria estável por intermédio do autoritarismo político incorporado na Doutrina de Segurança Nacional. Ideologias americanas de ‘construção nacional’ foram disseminadas entre as Forças Armadas Brasileiras e reforçadas pela doutrina empresarial.

Na análise de Maria Helena Moreira Alves (1989), a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento previa que o Estado alcançaria certo grau de legitimidade se houvesse um constante desenvolvimento capitalista e desenvolvesse sua função de defensor da nação contra a ameaça dos “inimigos internos” e da “guerra psicológica”. A autora acrescenta que

A legitimação é vinculada aos conceitos de desenvolvimento econômico e segurança interna. O slogan governamental “segurança com desenvolvimento” associa o desenvolvimento capitalista associado-dependente à defesa da segurança interna contra o “inimigo interno”. Por sua vez, esta ênfase na constante ameaça à nação por parte de “inimigos internos” ocultos e desconhecidos produz, no seio da população, um clima de suspeita [...] Dessa maneira, a dissensão e os antagonismos de classe podem ser controlados pelo terror. Trata-se por isso mesmo de uma ideologia de dominação de classe, que tem servido para justificar as mais violentas formas de opressão classista (ALVES, 1989, p.26-27).

É importante ressaltar o contexto histórico da época: o mundo vivia a Guerra Fria – conflito entre o bloco capitalista – liderado pelos Estados Unidos – e o bloco comunista – que tinha como líder a União Soviética. Esse confronto global, de acordo com Silva (2017, p13),

[...] serviu de álibi para a construção do imaginário necessário à instalação de uma ditadura militar. Os jornais agitaram a bandeira do perigo vermelho como uma ameaça capaz de assustar a população e gerar um clima favorável à intervenção militar, organizada com a ajuda de civis, entre os quais políticos e empresários ligados ao capital internacional, e apoio norte-americano.

Nesse contexto, “a imprensa brasileira cumpriu rigorosamente” o seu papel na “preparação e legitimação do golpe de 1964”. Silva (2017, p.11-12) explica que os meios de comunicação de massa utilizaram todo o seu “prestígio para convencer parte da população, especialmente as classes médias, a aderir aos propósitos das elites econômicas vinculadas aos interesses do capital internacional”. O trabalho intelectual dos jornalistas, portanto, “consistiu numa operação de guerra retórica para desqualificar as ‘reformas de base’ de Jango como sendo antimodernas, retrógradas, inexecutáveis, demagógicas, populistas e, suprema chantagem da época, comunistas” (SILVA, 2017, p. 11-12).

Silva (2017) define o movimento que instaurou o regime ditatorial no Brasil como um golpe midiático-civil-militar, e justifica: “sem o trabalho da imprensa não haveria legitimidade para a derrubada do presidente João Goulart. Os grandes jornais de cada capital atuaram como incentivadores e árbitros” (SILVA, 2017, p. 33).

Assim como grande parte da imprensa brasileira, o jornal *Folha da Tarde* se alinhou à ideologia dominante e passou a divulgar em suas páginas uma ferrenha campanha para deslegitimar o governo de Goulart e a necessidade de uma intervenção militar para o restabelecimento da ordem.

Conceito de ideologia

O conceito de ideologia, formulado pelo filósofo francês Destutt de Tracy, em 1796, nasceu como “ciências das ideias”. Desde então, “a ideologia tem sido alvo de diferentes definições, dependendo do contexto sócio-histórico e político em que é formulado, dos diferentes campos do conhecimento no qual é empregado, do posicionamento político de seus autores”, entre outros fatores que interferem na sua elaboração (FERNANDES, 2007, p. 36). De acordo John B. Thompson (2011, p. 13-14),

Parte dos motivos de este conceito ser tão ambíguo hoje, de ter tantas acepções e nuances diferentes, deve-se ao fato de este conceito ter percorrido um caminho longo e sinuoso desde que foi introduzido nas línguas europeias, há dois séculos atrás: a multiplicidade de significados que ele tem hoje é um produto de seu itinerário histórico.

Na obra *Ideologia e cultura moderna*, Thompson (2011) recupera a origem do conceito de ideologia desde de Destutt De Tracy até pensadores contemporâneos. Nas análises da trajetória do conceito, o autor apresenta duas categorias de concepções da ideologia: a neutra e a crítica. A concepção neutra inclui os conceitos de Tracy, Lênin, Lukács e Mannheim (na sua formulação geral da concepção total). Na segunda categoria enquadra os conceitos de Mannheim (na sua concepção restrita), Napoleão e Marx.

Para entender, brevemente, a complexa trajetória do conceito, esboçar-se-á algumas concepções de ideologia e seus teóricos. O termo, como já foi dito, foi primeiramente usado pelo francês Destutt de Tracy, em 1796, “para descrever seu projeto de uma nova ciência que estaria interessada na análise sistemática das ideias e sensações” (THOMPSON, 2011, p.44). Nasceu com inspiração iluminista e associado ao republicanismo francês.

Anos mais tarde, em 1812, de Tracy e seu grupo do *Instituto Nacional*, próximos ao ideal republicano, confrontam o autoritarismo de Napoleão Bonaparte – que os ataca em um discurso, denominando-os de ideólogos, “no sentido de especuladores metafísico” [...] (LÖWY, 1993, p. 12). A partir desse fato, ideologia “deixou de referir-se à ciência das ideias e passou a ser também as ideias em si mesmas, isto é, um corpo de ideias que, supostamente, seria errôneo [...]”.

É esse uso do termo “ideologia” feito por Marx e Engels que Thompson vai caracterizar como “concepção *polêmica*”, ou seja, “uma doutrina teórica e uma atividade que olha erroneamente as ideias como autônomas e eficazes e que não consegue compreender as condições reais e as características da vida sócio-histórica” (THOMPSON, 2011, p. 51).

Thompson (2011) extrai três concepções dos diversos conceitos de ideologia formulados por Karl Marx: a concepção *polêmica* (exposto acima), a *epifenômica* e a *latente*.

A concepção *epifenômica* coloca a ideologia como “dependente e derivada das condições econômicas, das relações de classe e das relações de produção de classe”; Ideologia, nessa perspectiva, “é um sistema de ideias que expressa os interesses da classe dominante, mas que representa relações de classe de uma forma ilusória” (THOMPSON, 2011, p. 54).

A última concepção com base em Marx, formulada por Thompson, é a latente. De acordo com essa perspectiva, ideologia

é um sistema de representações que servem para sustentar relações existentes de dominação de classes através da orientação das pessoas para o passado em vez de para o futuro, ou para imagens e ideias que escondem as relações de classe e desviam da busca coletiva de mudança social (THOMPSON, 2011, p. 58).

Na interpretação de Thompson (2011, p.59), essa perspectiva chama a atenção para o fato de que “as relações sociais podem ser sustentadas, e as mudanças sociais

impedidas, pela prevalência ou difusão de construções simbólicas”. É nessa orientação que o autor formula sua concepção e explica que a análise da ideologia

[...] está interessada nas maneiras como o sentido é mobilizado, no mundo social, e serve, por isso, para reforçar pessoas e grupos que ocupam posição de poder [...] estudar ideologia é estudar as maneiras como o sentido serve para sustentar relações de dominação. Fenômenos ideológicos são simbólicos significativos desde que eles sirvam, em circunstâncias sócio-históricas específicas, para estabelecer e sustentar relações de dominação (THOMPSON, 2011, p.75).

Entende-se por formas simbólicas um “amplo espectro de ações e falas, imagens e texto que são produzidos por sujeitos e reconhecidos por eles e outros como construtos significativos”. O teórico propõe conceituar ideologia em termos das “maneiras como o sentido, mobilizado pelas formas simbólicas, serve para estabelecer e sustentar relações de dominação [...]” (THOMPSON, 2011, p.79).

Nessa mesma perspectiva, e tendo como pressuposto de que a ideologia nada tem a ver com falsa consciência, como teorizou Max em sua concepção polêmica, Slavoj Zizek (1996, p. 12-14) explica que

A ideologia nada tem a ver com a “ilusão”, com uma representação equivocada e distorcida de seu conteúdo social. Dito em termos sucintos, um ponto de vista político pode ser perfeitamente correto (verdadeiro) quanto a seu conteúdo objetivo, mas completamente ideológico; e, inversamente, a ideia que uma visão política fornece de seu conteúdo social pode revelar-se totalmente equivocada, mas não ter absolutamente nada de “ideológica”. [...] Assim, uma ideologia não é necessariamente “falsa”: quanto ao seu conteúdo positivo, ela pode ser “verdadeira”, muito precisa, pois o que realmente importa não é o conteúdo afirmado com tal, mas o *modo como esse conteúdo se relaciona com a postura subjetiva envolvida em seu próprio processo de enunciação*.

Ideologia, nessas perspectivas, é por natureza hegemônica, “no sentido de que ela, necessariamente, serve para estabelecer e sustentar relações de dominação e, com isso, serve para reproduzir a ordem social que favorece indivíduos e grupos dominantes” (THOMPSON, 2011, p. 91). Em orientação similar, Gramsci costuma usar a palavra hegemonia para “se referir às maneiras como um poder governante obtém, daqueles a quem subjuga, o assentimento à sua dominação” (EAGLETON, 1996, p.195).

Eagleton (1996, p. 196) observa que “hegemonia não é apenas um tipo bem-sucedido de ideologia, mas pode ser decomposta em seus vários aspectos ideológicos, culturais, políticos e econômicos”.

Modus operandi da ideologia

Para verificar o *modus operandi* da ideologia nas construções simbólicas, foram utilizadas cinco categorias elaboradas por Thompson: legitimação, dissimulação, unificação, fragmentação e reificação. Através desses elementos é possível identificar os modos e estratégias utilizadas para sustentar a ideologia.

As estratégias de construção simbólica formuladas por Thompson são:

Legitimação: as relações de dominação podem ser estabelecidas e sustentadas pelo fato de serem representadas como legítimas, ou seja, como justas e dignas de apoio. Há três tipos de fundamentos sobre os quais a afirmação da legitimação está baseada: fundamentos racionais, fundamentos tradicionais e carismáticos.

Dissimulação: pode ser estabelecida e sustentada pelo fato de serem ocultadas, negadas ou obscurecidas, ou por serem representadas de uma maneira que desvia a atenção do público da questão central. As estratégias utilizadas são o *deslocamento*, *eufemização* e o *tropo*.

Unificação: construção de uma identidade coletiva por meio de formas simbólicas. São estratégias dessa categoria: *padronização*, *simbolização de unidade* e *fragmentação*. As estratégias da *fragmentação* é a *diferenciação* (ênfasis nas diferenças, as divisões que desunem os grupos de oposição) e o *expurgo do outro*.

Reificação: acontecimentos são retratados como naturais, permanentes e atemporais, de tal modo que o seu caráter social e histórico é eclipsado. Ou seja, há o ofuscamento do caráter sócio-histórico dos fenômenos. São suas estratégias: *naturalização*, *eternalização*, *nominalização* e a *passivação*. Em síntese, a *nominalização* e a *passivação* apagam os atores e a ação, e tendem a representar processos como coisas ou acontecimentos que ocorrem por si só.

Essas cinco categorias são uma importante ferramenta para identificar as estratégias de operação da ideologia contidas nas narrativas do jornal *Folha da Tarde*, que buscava legitimar o movimento golpista de 1964 por meio da narrativa jornalística.

Narrativa da *Folha da Tarde* sobre o golpe de 64

Para a breve análise da cobertura jornalística realizada pelo jornal, foram escolhidas duas notícias: “A democracia soberana no Brasil”, de 2 de abril de 1964, e “Iniciado o expurgo dos traidores da Pátria”, de 3 de abril de 1964. Ambas publicadas na primeira página do jornal e posicionadas na parte superior desta, com três colunas de texto cada uma.

Na análise discursiva das notícias fica evidente que as construções simbólicas focam em exaltar o movimento golpista de 1964 e desmoralizar o comunismo e a oposição política. A partir dessa observação, foram separadas duas categorias temáticas: “revolução” e movimento comunista. Os fragmentos de textos foram escolhidos com base nos principais fatos relativos aos temas.

Os tópicos levantados em relação à narrativa acerca da “revolução” e do movimento comunista são construções simbólicas que foram divulgadas pela *Folha da Tarde*, e que explicitam que os modos de operação de ideologia utilizados serviram como dispositivos a serviço dos grupos dominantes – que objetivavam persuadir o leitor em prol da intervenção militar.

a) “Revolução”

- 1) *A Democracia soberana no Brasil – Falhou a tentativa de cubanização de nossa pátria*
- 2) *O movimento de restauração do império da lei e da ordem eclodido em Belo Horizonte sob o comando civil do ínclito governador Magalhaes Pinto, e que recebeu imediatamente a cobertura militar do General Mourão Filho, comandante da 4ª região Militar sediada em Juiz de Fora mereceu o apôio de tôda a Nação.*
- 3) *O fracasso da reação dos grupos sindicais corrompidos CGT, PUA etc – demonstrou cabalmente que o operário brasileiro é patriota e democrata. No Brasil não existe clima para o comunismo ateu e totalitário.*
- 4) *Não devemos repetir os erros anteriores, poupando condescendentemente êsse núcleo pernicioso. O povo brasileiro, que agora comemora nas ruas a vitória da democracia confia nos seus líderes que desta vêz não haverá complacência desnecessária. A causa está ganha. Faz-se mister a limpeza da área.*
- 5) *Assim, de pouco a pouco, o país vai retornando à normalidade e as autoridades empenham-se pressurosas em restaurar o império da lei e da ordem em todo o território nacional.*

Fonte: Folha da Tarde, abr. 1964.

No anúncio de 2 abril de 1964 – “A Democracia Soberana no Brasil – falhou a tentativa de cubanização da pátria” –, a narrativa é fundamentada em dois pressupostos: a legitimação do movimento golpista e a desmoralização do movimento comunista.

Nas construções simbólicas “Democracia soberana no Brasil” (1), “Movimento de restauração do império da lei e da ordem” (2), e “à normalidade e as autoridades empenham-se pressurosas em restaurar o império da lei e da ordem em todo o território nacional” (5) estão presentes o modo de *legitimação*, que através da estratégia da racionalização busca defender uma cadeia de *raciocínio* que visa defender uma causa e persuadir o leitor em torno dela. Dessa forma, toda argumentação criada em torno do golpe de 1964 é de que era um movimento justo e digno de apoio.

As sentenças destacadas acima são fundamentadas nessa argumentação, com base no projeto – difundido ao longo da campanha do movimento golpista –, de que era necessária a restauração da ordem e proteção das instituições, ameaçadas pelo comunismo. Para isso, foi criada uma comoção nacional para assegurar a democracia brasileira – pressuposto baseado na ideia de liberdade e soberania popular, em oposição à ditadura. Como exposto na contextualização, a Doutrina de Segurança Nacional previa que o Estado teria legitimidade se houvesse um constante desenvolvimento capitalista e defendesse a nação contra a ameaça comunista. Com esses pressupostos, o slogan de legitimação do “movimento revolucionário” construiu suas bases e, por meio da imprensa brasileira, difundiu essa cadeia de raciocínio.

É importante ressaltar, na sentença “Democracia Soberana” (1), o uso do adjetivo soberano é incisivo em demonstrar que a ideologia dominante prevaleceu e que as autoridades responsáveis lutaram para garantir o desenvolvimento capitalista associado à defesa da segurança interna contra o “inimigo interno”, que buscava “cubanizar” a pátria.

Ao mesmo tempo, estratégias de *unificação* são utilizadas, estabelecidas e sustentadas pelo viés da *simbolização da unidade*. Nos itens (2) “mereceu o apoio de toda a nação” e “o operariado brasileiro é patriota e democrata”, e (4) “o povo brasileiro, que agora comemora nas ruas a vitória da democracia confia nos seus líderes”, o cidadão é convocado a exercer seu patriotismo e a defender a pátria e a democracia se unindo ao projeto unificador e em defesa da restauração da ordem social. Ordem essa que foi abalada pelas reformas de base propostas por Goulart, consideradas pelo discurso hegemônico, “antimodernas, retrógradas, inexecutáveis, demagógicas, populistas e suprema chantagem da época, comunistas” (SILVA, 2017, p. 11-12).

Em contraposição ao discurso legitimador do golpe de 1964, encontra-se a desmoralização do movimento comunista. No item (1) “Falhou a tentativa de cubanização de nossa pátria”, a estratégia discursiva da *dissimulação* utilizada no enunciado é o

deslocamento, ou seja, uso de termos para se referir a determinado objeto é usado para se referir a outro, “e com isso as conotações positivas e negativas do termo são transferidas para outro objeto ou pessoa” (THOMPSON, 2011, p.83). Nesse caso, o uso do termo cubanização refere-se a um suposto processo de esquerdização do Brasil, inspirado na Revolução Cubana. Cubanizar significaria, nesse contexto, seguir os caminhos de Cuba, liderado por Fidel Castro, e instaurar uma revolução agrária que transformasse o Brasil em um Estado socialista. “O termo cubanização ganhou impulso no Brasil na década de 1960, principalmente, no nordeste brasileiro e ao longo do mandato de João Goulart (1961-1964)” (BALTHAZAR, 2017, p. 47).

A *Folha da Tarde* – assim como a imprensa nacional e diversos políticos –, utilizou dessa estratégia discursiva para alertar do processo que vinha – de acordo com o discurso hegemônico da época –, se instaurando no país de maneira rápida e organizada. Os jornais priorizaram o discurso de que era necessário o restabelecimento da ordem e o combate ao comunismo. Para isso, utilizou diversas estratégias para a operação dessa ideologia dominante.

Nos itens 3 (“o fracasso da reação”, “corrompidos” e “não existe clima para o comunismo ateu e totalitário”), 4 (“núcleo pernicioso”) e 5 (“limpeza de área”) estão presentes a operação da *fragmentação* por meio da estratégia do *expurgo do outro* – que se baseia na construção de um inimigo interno ou externo. Toda essa construção simbólica busca desmoralizar o comunismo e reforçar a necessidade de intervenção militar.

Quando a notícia diz que “Faz mister limpeza de área” (5), faz-se referência a “Operação Limpeza”, instalada pelo Comando Supremo da Revolução, que cassou mandatos de políticos e realizou diversas prisões em território nacional.

Após a deposição do presidente Goulart, totalizou pouco mais de 5.000 pessoas presas, segundo dados da embaixada norte-americana. Gerou-se no núcleo da máquina repressiva métodos eficientes de limpeza contra o comunismo, entre eles o Ato Institucional número 1, elaborado por Francisco Campos e por Carlos Medeiros Silva, que desde 5 de abril de 1964 formulou um Ato Constitucional Provisório que previa uma fornada de cassações de mandatos e suspensões de direitos políticos pelo prazo máximo de cinco anos. O AI-1 possuía 11 artigos que expandiam os poderes do Executivo, limitavam os do Congresso e do Judiciário, e dava ao presidente 70 dias de poder, como também seis meses para demitir funcionários públicos civis e militares (GASPARI, 2002, p.124).

O saldo dos primeiros anos de perseguição aos cidadãos considerados “subversivos”, segundo levantamento realizado pelo *Projeto Brasil Nunca Mais* sobre o período entre 1964 e 1966 (que coincide com o Governo Castello Branco), foi de 2.127 pessoas processadas. O exército foi o principal agente da repressão, sendo responsável direto por 1.043 prisões, além de outras 884 efetuadas pelos DOI-CODIS – contexto que envolve também a região de Corumbá, foco desta análise.

Apresentada essa contextualização, as estratégias discursivas utilizadas pela *Folha da Tarde* expõem como as construções simbólicas e os sentidos podem ser mobilizados para sustentar relações de dominação. Nessa perspectiva, as estratégias de legitimação do movimento golpista buscaram propalar a existência de um caos administrativo e difundir que era imperiosa a necessidade do restabelecimento da ordem. Um dos pressupostos utilizados foi a criação no imaginário social do fantasma do comunismo.

b) Movimento comunista

- 1) *Iniciado o expurgo dos traidores da Pátria - Após a espetacular vitória da democracia, as autoridades do novo governo apressam-se em desinfetar os núcleos perniciosos.*
- 2) *O que havia era uma minoria perigosa e atuante, especializada na guerra política que agora, com a vitória, deve ser neutralizada para sempre.*
- 3) *O fracasso da reação dos grupos sindicais corrompidos CGT, PUA etc – demonstrou cabalmente que o operário brasileiro é patriota e democrata. No Brasil não existe clima para o comunismo ateu e totalitário.*

Fonte: Folha da Tarde, abr. 1964.

Na notícia de 3 de abril de 1964, intitulada “Iniciado o expurgo dos traidores da Pátria”, está presente o modo de operação de *fragmentação*, através da estratégia do *expurgo do outro* – que visa a construção de um inimigo, retratado como mau, perigoso e ameaçador e contra o qual os indivíduos são chamados a resistir coletivamente ou expurgá-lo (THOMPSON, 2011, p. 87). Ao contrário da unificação, por meio dessa estratégia, busca-se segmentar os grupos de oposição que podem ser capazes de se transformar num desafio real aos grupos dominantes.

A estratégia narrativa do *expurgo do outro*, contida na matéria, concentra os adjetivos traidores, perniciosos, ateu e totalitário para desmoralizar o movimento comunista em diversos segmentos: social, religioso, moral e no da saúde.

Na construção simbólica de item 1 (“Iniciado o expurgo dos traidores da pátria” e “desinfetar os núcleos perniciosos”), inicialmente, tem-se em ação o adjetivo traidor, utilizado, nesse contexto, para designar os cidadãos comunistas que traíram a democracia e a pátria ao se conciliarem a um movimento que, segundo o discurso da época –, iria implantar uma revolução nos moldes do governo cubano. A contraposição de argumentos retratava a oposição como inimiga, ao mesmo tempo em que buscava unificar os cidadãos comprometidos com a “revolução”, definindo-os como “patriotas e democratas”.

Ao denominar a oposição como “núcleos perniciosos” (1) que devem ser desinfetados, cria-se uma conotação de que os comunistas representavam uma doença, um perigo à saúde – nesse caso, à saúde da democracia e o bem-estar dos patriotas.

Em seguida, nos itens 2 (“minoría perigosa e atuante, especializada na guerra política”) e 3 (“fracasso da reação”), há a desmoralização social do comunismo ao retratá-lo como uma minoria que fracassou diante a “revolução” que restabeleceria a ordem e asseguraria a democracia. É reforçada a narrativa de expurgo e de combate a um segmento social – que não representava a maioria da população brasileira – que era patriota e prezava pela democracia. Em especializada na “guerra política”, vincula-se a oposição a imagem de instigadores de subversão contra o governo legitimamente constituído e as instituições democráticas. Constituindo, portanto, em uma agressão política. É importante ressaltar que em 1964 houve diversas greves, manifestações e embates políticos que compõem o cenário de agitação política.

Por último, o comunismo é denominado como ateu e totalitário (3). O adjetivo ateu tinha a intenção de vinculá-lo como um movimento que não demonstrava respeito ou consideração por crenças religiosas, e que negava a existência de Deus. O ateísmo era inconcebível para a classe média urbana – impulsionada por políticos conservadores, pela elite empresarial e pelos movimentos feministas –, que se reuniram nas Marchas da Família com Deus pela Liberdade nas vésperas de 31 de março de 1964 em diversas cidades brasileiras. A marcha defendia os ‘valores tradicionais cristãos’ (o terço e o rosário, o matrimônio, a família) e a observação das ‘liberdades individuais’ (a liberdade de expressão, a liberdade religiosa, a propriedade privada) ameaçadas (ou supostamente ameaçadas) pelo governo Goulart” (CONDATO; OLIVEIRA, 2004, p. 273-274).

Comunismo totalitário reforça a representação de um regime político que regulamenta todos os aspectos do corpo social, tanto privado como público. Baseado em um sistema que não abre brechas para questionamento e crítica ao Estado. Logo, ao denominar o comunismo com totalitário, faz-se um contraponto com o “movimento revolucionário”, que manteria as liberdades individuais, a propriedade privada entre outros pressupostos.

Essas são algumas das estratégias utilizadas pelo jornal *Folha da Tarde*, que buscou persuadir os leitores corumbaenses em prol do projeto militar que se alicerçava na sociedade brasileira, e que foi concretizado em 1º de abril de 1964. Grande parte da imprensa, nesse contexto, teve um importante papel na difusão da ideologia dominante e na legitimação do golpe civil-militar de 1964.

Considerações Finais

O movimento de 1964 foi um golpe midiático-civil-militar, como define Silva (2017). Pois, além da participação civil e militar, a mídia teve um importante protagonismo para a legitimação do golpe, agindo como “intelectual orgânico”.

Para construir a legitimidade, os militares recorreram à construção de uma hegemonia, no qual propagaram que era preciso garantir a segurança do país e proteger as instituições das investidas dos comunistas. A *Folha da Tarde* utilizou diversas estratégias para propagar essa ideologia e, assim como a grande imprensa, serviu como “comissário” daqueles que buscavam derrubar o governo de Goulart e dar aval para a intervenção militar.

Toda essa construção simbólica, de acordo com a formulação da concepção de ideologia de Thompson, serviu para “estabelecer e sustentar relações de dominação”. Afinal, o exame das estratégias da construção simbólica “pode alertar-nos para algumas das maneiras como o sentido pode ser mobilizado no mundo social e como pode delimitar um raio de possibilidades para a operação da ideologia” (THOMPSON, 2011, p.82).

O golpe, portanto, como bem define Silva (2017), foi um golpe midiático-civil-militar, com a imprensa brasileira atuando como um importante instrumento na produção de consenso e legitimação, no qual o anticomunismo e o antipopulismo transformaram-se em argumento político para legitimar a intervenção militar.

Referências bibliográficas

- ABREU, Alzira Alves. **A participação da imprensa na queda do Governo Goulart**. IN: FICO, Carlos, CASTRO, Celso; MARTINS, Ismênia de Lima et al. 1964-2004 – 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004.
- CORRÊA, Waldir Batisa. **Corumbá: terra de lutas e sonhos**. Campo Grande: Senado Federal, 2006.
- BALTHAZAR, Pedro Henrique Barbosa, A “**cubanização**” do Brasil e o mundo rural: a crise do governo Goulart (1961-1964) na imprensa carioca. 2017. 134f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- CONDATO, Adriano Nervo; OLIVEIRA, Marcus Roberto. **A marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v.24, n°47, p.271-302 – 2004.
- DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado**. Petrópolis: Vozes, 1981.
- EAGLETON, Terry. **A ideologia e suas vicissitudes no marxismo**. In: ZIZEK, Slavoj (Org.). Um mapa da Ideologia. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- FERNANDES, Mario Luiz. Política de Penas e Espadas: **O discurso da imprensa republicana catarinense (1885-1889)**. 2007. 263f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- LÓWY, Michel. **Ideologias e ciência social**. São Paulo: Cortez, 1993.
- MARTINS, Gerson Luiz et al. **Imprensa de Corumbá: história e política**. In: 1º Encontro da Nacional da Rede Alfredo de Carvalho, 2003. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/1o-encontro-2003-1>. Acesso em: 03 jan 2019.
- SILVA, Juremir Machado da. **1964: Golpe midiático-civil-militar**. Porto Alegre: Sulina, 8º edição, 2017.
- SOUZA, Sandra Regina Barbosa da Sillva. **Os sete matizes do rosa ou o mundo contaminado pela radiação comunista: homens vermelhos e inocentes úteis**. 2009. 211f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Faculdade Federal da Bahia, Salvador.
- THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. 9 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- WEBER, Maria Helena. **Comunicação e espetáculos da política**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.
- ZIZEK, Slavoj (Org.). Um mapa da Ideologia. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.